

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 089/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 089/2017 – Processo nº 14799-786-17.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei Complementar nº 89/2017, de autoria da mesa diretora desta Edilidade, que dispõe sobre a reorganização e estruturação administrativa do quadro de cargos de provimento efetivo e em comissão da Câmara Municipal de Rio Claro – SP.

Inicialmente, esta Procuradoria Jurídica esclarece que não lhe cabe proceder análise relativa ao mérito da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico e sob a ótica legal e regimental ressaltamos o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

974
11º

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

A Lei Orgânica do Município de Rio Claro estabelece à Câmara Municipal o direito de legislar sobre a matéria, nos seguintes termos:


"Artigo 15 – Compete a Câmara Municipal, privativamente, as seguintes atribuições, entre outras:

V – prover a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções de seus servidores e a fixação da respectiva remuneração."

Sob esse diapasão a legitimidade está patente.

Os servidores públicos que compõem a Câmara Municipal de Rio Claro estão sendo regidos pelo Estatuto do Servidor (Lei Complementar nº 17/2007), Resolução 261/2011 e Lei Complementar nº 116/2017, motivos pelos quais há necessidade de se proceder a devida adequação, inclusive no que diz respeito à Constituição de 1988 e a Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Vale ressaltar, que o presente projeto de lei visa adequar a estrutura administrativa da Edilidade às recomendações trazidas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, bem como pelo Poder Judiciário.



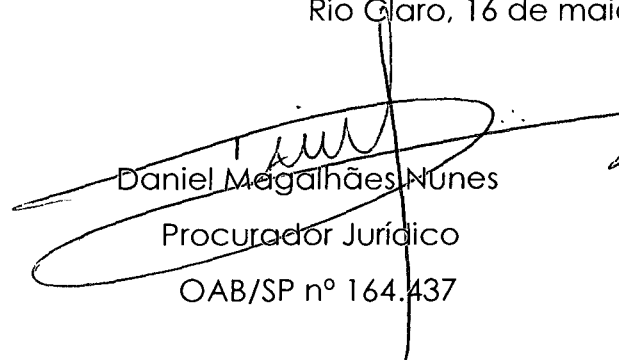
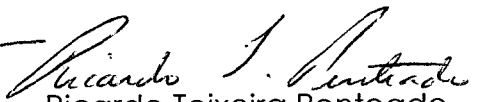
978
218

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende pela **legalidade** do Projeto de Lei Complementar nº 089/2017, com a ressalva de que seja apresentado o respectivo estudo de impacto financeiro, conforme artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Rio Claro, 16 de maio de 2017.

	
Daniel Magalhães Nunes	Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico	Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437	OAB/SP nº 139.624

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

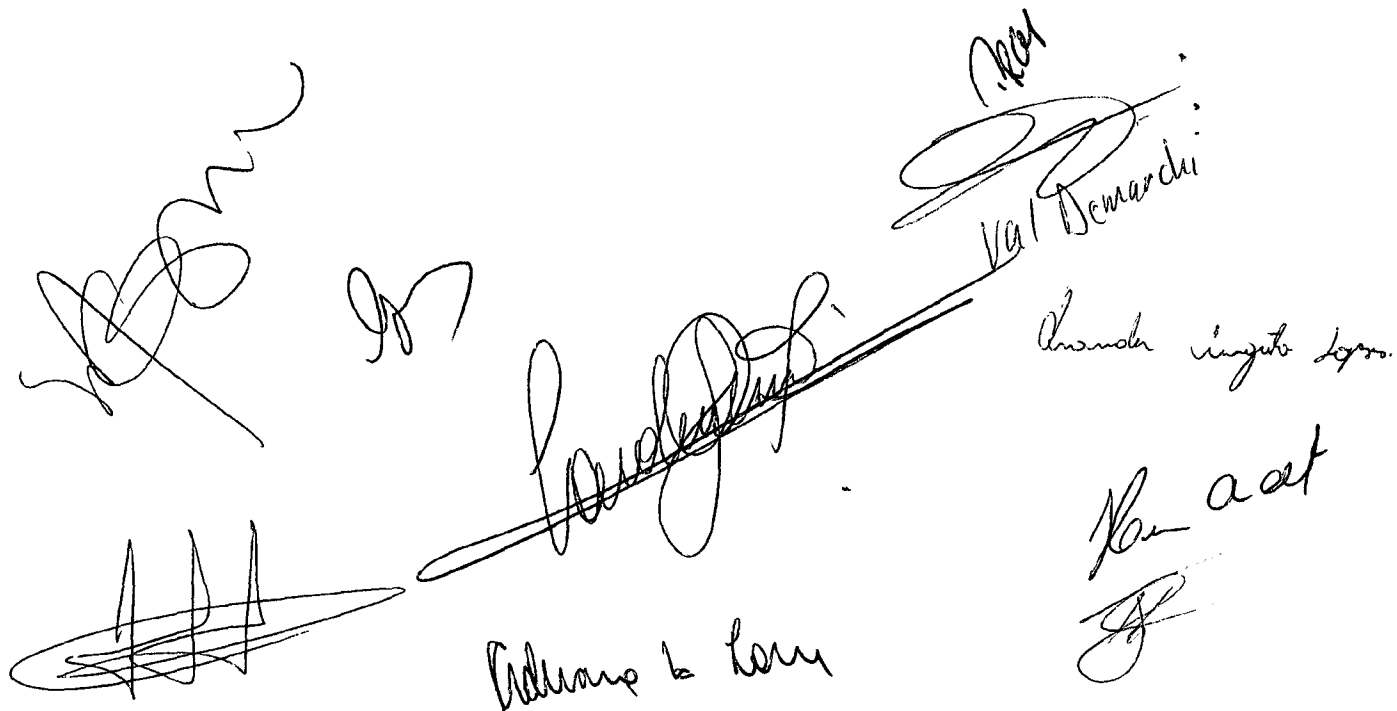
PARECER COMISSÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 089/2017

O presente Projeto de Lei Complementar de autoria da Mesa Diretora - DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E EM COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO-SP

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 15 de maio de 2017.



Handwritten signatures of the members of the Joint Commission. The signatures are written in black ink and are arranged in a horizontal line across the page. The names of the signatories are written below their respective signatures: Adilson L. Lora, Valdemar Demarchi, and another signature that appears to be 'Rosa aet'.